



CAPÍTULO 11

Formação Continuada de Profissionais: Capacitação no Contexto do TEA

ANDRÉ DA COSTA LEITE
PAULA DA SILVA RODRIGUES
TAYNARA REIS DE SOUZA
ARETHA BARROS SILVA

doi.org/10.55333/rima-978-65-83933-26-3_011





Introdução

A qualificação dos profissionais que atuam na atenção a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um componente essencial para garantir intervenções eficazes, éticas e humanizadas. No entanto, a realidade brasileira ainda apresenta marcadas desigualdades no acesso à formação especializada, especialmente na Região Norte, onde barreiras geográficas, institucionais, econômicas e de infraestrutura dificultam a implementação de políticas de formação permanente. A ausência de preparo técnico adequado compromete não apenas a qualidade dos serviços ofertados, mas também o direito das crianças ao diagnóstico precoce, à estimulação oportuna e ao cuidado integral.

Nesse cenário, a formação continuada emerge como uma estratégia estruturante, capaz de promover mudanças concretas nas práticas profissionais e na organização das redes de atenção. A atualização constante dos saberes e o fortalecimento das competências técnicas, pedagógicas e éticas dos trabalhadores da saúde, educação e assistência social são fundamentais para a construção de respostas intersetoriais às demandas das famílias de crianças com TEA.

Este capítulo tem por objetivo discutir a importância da capacitação continuada no atendimento ao TEA, tomando por base a experiência do Projeto Critea, vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Serão abordados os fundamentos teóricos e normativos que sustentam essa política de formação, descritas as ações formativas realizadas pelo projeto, analisadas suas metodologias pedagógicas e tecnológicas, e discutidos seus impactos, desafios e perspectivas futuras. Ao final, será explorada a contribuição dessas iniciativas para a consolidação de redes intersetoriais de apoio e para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas no território amazônico.

Fundamentação e Importância da Capacitação Contínua

A capacitação continuada representa um eixo estruturante das políticas públicas voltadas à inclusão e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No âmbito do TEA, sua relevância se intensifica,

pois o transtorno exige intervenções especializadas, interdisciplinares e adaptadas às particularidades de cada indivíduo. Conforme estabelece a Lei nº 12.764/2012, é dever do Estado garantir o atendimento multiprofissional, cabendo às instituições formadoras e aos gestores locais a responsabilidade pela qualificação dos profissionais envolvidos.

A literatura científica também reconhece o impacto da capacitação na melhoria dos serviços. Estudos como os de Dawson *et al.* (2010) e Lord *et al.* (2020) evidenciam que intervenções precoces, conduzidas por profissionais bem treinados, são capazes de promover avanços no desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo das crianças. Ademais, conforme o Manual do CNJ (2023), a formação adequada é determinante para evitar práticas discriminatórias ou negligentes no atendimento à população autista.

Segundo Brasil (2015), a prática baseada em evidências deve combinar os achados científicos mais relevantes, a experiência clínica e as necessidades individuais de cada paciente, reforçando a importância da atualização constante dos profissionais. Já o estudo de Gomes *et al.* (2021) destaca como a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos formativos potencializa o alcance e a eficácia da capacitação.

A formação continuada deve ir além do conhecimento técnico, abrangendo também a dimensão ética, o respeito à diversidade e a escuta ativa das famílias, de modo a promover uma cultura institucional sensível e inclusiva. Essa concepção está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que destaca a importância de uma formação inicial e continuada de qualidade.

Nesse sentido, a capacitação contínua também desempenha um papel fundamental na sensibilização dos profissionais para aspectos éticos e culturais no atendimento a crianças com TEA. Considerando que cada criança apresenta uma combinação singular de habilidades, desafios e contextos familiares, é essencial que os profissionais estejam preparados para reconhecer e respeitar essas particularidades, desenvolvendo planos de intervenção culturalmente sensíveis e alinhados às prioridades da família (Neuroclastic, 2022).

Além disso, a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013) destaca que investir em capacitação é essencial para garantir que os serviços prestados se baseiem em práticas seguras, inclusivas e centra-

das na pessoa, principalmente em regiões vulnerabilizadas. Em consonância, o documento “Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com TEA” (Brasil, 2015) orienta que o fortalecimento das capacidades locais dos profissionais é condição imprescindível para o cuidado integral e em rede.

O Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2022) enfatiza ainda que a capacitação deve ser intersetorial, articulando esforços entre saúde, educação e assistência social, a fim de criar respostas sistêmicas e eficazes à demanda das famílias. Tal abordagem é essencial para romper com a fragmentação dos serviços e consolidar um modelo de cuidado contínuo e colaborativo.

Portanto, a capacitação continuada constitui não apenas um direito dos profissionais, mas também um compromisso ético e estratégico do Estado e das instituições no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma atenção qualificada às pessoas com TEA. É, sobretudo, uma ferramenta de mudança social, que fortalece o protagonismo das equipes, humaniza os atendimentos e amplia as possibilidades de inclusão e desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes no espectro autista.

As Ações de Capacitação do Projeto Critea

O Projeto Critea, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), tem promovido diversas ações de formação continuada voltadas para profissionais que atuam no atendimento a crianças com TEA. Essas ações incluem cursos, oficinas, rodas de conversa e seminários interdisciplinares, com o objetivo de ampliar os conhecimentos teóricos e práticos dos participantes.

Uma das ações centrais foi a capacitação intitulada “Anamnese no TEA”, ministrada pela psicopedagoga Sylvia Almeida, coordenadora do projeto. Essa formação abordou a importância da escuta qualificada e do acolhimento no primeiro contato com as famílias, valorizando o relato dos cuidadores e oferecendo ferramentas para uma coleta de dados sensível e eficaz. Os participantes destacaram o impacto positivo da formação na sua prática cotidiana, sobretudo na construção de vínculos com as famílias e na formulação de hipóteses diagnósticas mais precisas.

Uma iniciativa relevante nesse processo de qualificação foi a formação intitulada “Abordagem Integrada no Atendimento da Pessoa com TEA”, conduzida pela Dra. Leila Feio. A atividade promoveu a articulação entre teoria e prática, com foco na atuação em equipe interdisciplinar e na utilização de metodologias baseadas em evidências, como ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e ESDM (Modelo Denver de Intervenção Precoce). Essa formação contribuiu para a padronização de condutas e para o alinhamento dos princípios de cuidado entre os diferentes setores envolvidos no atendimento.

Esse tipo de capacitação está em consonância com evidências científicas que reforçam a importância da formação qualificada dos profissionais. O estudo de Schreibman *et al.* (2015) destaca que a formação adequada é um fator determinante para o sucesso das intervenções comportamentais, especialmente no contexto do autismo.

As ações do Criea também incluem atividades de educação permanente em serviço, como reuniões clínicas e estudos de caso, nas quais os profissionais têm a oportunidade de refletir sobre seus atendimentos e compartilhar estratégias. Essa abordagem se articula com as diretrizes do SUS, que orientam a formação em serviço como ferramenta para o aprimoramento contínuo dos trabalhadores da saúde (Brasil, 2009). Além disso, estudo realizado por Fletcher-Watson *et al.* (2019) indica que a tecnologia, quando bem implementada, pode potencializar os resultados das intervenções, reforçando a importância de incorporar recursos tecnológicos nas práticas formativas e assistenciais.

Com essas ações, o Criea não apenas promove o desenvolvimento de competências técnicas, mas também fomenta a construção de uma cultura institucional baseada na escuta, na empatia e na corresponsabilidade pelo cuidado à criança com TEA e sua família.

Estratégias Pedagógicas e Tecnológicas

As estratégias utilizadas pelo Projeto Criea para a formação continuada de profissionais envolvem metodologias ativas de aprendizagem, associadas ao uso de recursos tecnológicos acessíveis e contextualizados. As capacitações são planejadas com base em uma abordagem dialógica, integrando teoria, prática e experiências locais.

Dentre as metodologias aplicadas, destacam-se o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas (ABP) e as oficinas colaborativas, que favorecem a troca de saberes e o desenvolvimento de soluções conjuntas. Essas práticas estão alinhadas ao que defendem autores como Nóvoa (2009), para quem a formação eficaz deve ser construída a partir da reflexão coletiva sobre a prática.

O uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem se mostrado uma ferramenta essencial para ampliar o alcance das capacitações, especialmente em contextos geográficos de difícil acesso. A adoção de plataformas como Google Meet e WhatsApp tem permitido a realização de encontros virtuais, o compartilhamento de materiais e a criação de grupos de apoio técnico entre os participantes.

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2022), as tecnologias digitais no cuidado ao TEA devem ser utilizadas para facilitar a articulação das equipes, reduzir desigualdades no acesso ao conhecimento e apoiar a tomada de decisão clínica e pedagógica. Essa diretriz tem orientado o Criatea na seleção de ferramentas de baixo custo e de fácil usabilidade.

Além disso, o projeto tem investido na produção de materiais pedagógicos próprios, como manuais, roteiros de anamnese e vídeos educativos, adaptados à realidade amazônica e à diversidade cultural da região. Essa produção local contribui para a valorização dos saberes do território e para o fortalecimento da autonomia dos profissionais que atuam na linha de frente do atendimento.

A combinação entre estratégias pedagógicas centradas no participante e tecnologias inclusivas tem se mostrado uma prática promissora na formação continuada promovida pelo Criatea, possibilitando a superação de barreiras logísticas e a construção de redes colaborativas de aprendizagem.

Impactos e Desafios da Formação Continuada

A formação continuada promovida pelo Projeto Criatea tem gerado impactos nas práticas profissionais e na qualidade do atendimento prestado às crianças com TEA. Um dos principais efeitos ob-

servados é o fortalecimento da atuação interdisciplinar, promovendo maior integração entre os setores da saúde, educação e assistência social. Profissionais que participaram das capacitações relatam maior segurança para identificar sinais precoces, elaborar planos de intervenção personalizados e acolher adequadamente as famílias.

Além disso, a formação tem contribuído para a redução de encaminhamentos equivocados e para o aprimoramento das estratégias pedagógicas e terapêuticas utilizadas no atendimento. Conforme apontado pelo Ministério da Saúde (2021), a capacitação baseada em evidências permite que os profissionais alinhem suas ações às melhores práticas disponíveis, otimizando os resultados das intervenções.

No entanto, o processo de formação continuada também enfrenta desafios. Entre eles, destaca-se a rotatividade de profissionais nas redes públicas, o que dificulta a consolidação de equipes técnicas capacitadas. Outro obstáculo é a limitação orçamentária das instituições, que restringe a oferta sistemática de cursos e atualizações. Esses entraves são agravados em contextos de vulnerabilidade social e geográfica, como as regiões ribeirinhas e de difícil acesso no estado do Amapá.

A ausência de políticas públicas estruturadas para a formação permanente também compromete a continuidade das ações. Embora documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com TEA (Brasil, 2021) reforcem a importância da qualificação profissional, ainda há lacunas na implementação prática dessas diretrizes em nível local.

Outro desafio relevante é o enfrentamento do capacitismo institucional, ou seja, a reprodução de estigmas e práticas excludentes por parte de profissionais despreparados. A formação continuada é, portanto, um instrumento de desconstrução de preconceitos e promoção de uma cultura de inclusão, como apontam Amaral *et al.* (2024).

Apesar dos obstáculos, o Criea tem buscado soluções inovadoras para ampliar o acesso à capacitação, como o uso de tecnologias de baixo custo, parcerias com universidades e a formação de multiplicadores locais. Essas estratégias têm permitido a criação de uma rede de apoio técnico-pedagógica cada vez mais consolidada,

promovendo um impacto duradouro no atendimento às crianças com TEA no Amapá.

Construção de uma Rede Intersectorial de Apoio

Um dos maiores avanços decorrentes das ações de capacitação do Projeto Critea tem sido a consolidação de uma rede intersectorial de apoio voltada ao atendimento de crianças com TEA. Essa rede envolve profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, articulados em torno de objetivos comuns: identificar precocemente os sinais do transtorno, garantir o diagnóstico e assegurar um atendimento integral, contínuo e humanizado.

A articulação entre setores é reconhecida como um dos pilares para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e foi abordada na seção 2 deste capítulo, a partir dos dispositivos legais que fundamentam a política pública voltada ao TEA. No contexto amazônico, entretanto, essa articulação enfrenta desafios importantes, como a escassez de recursos humanos e materiais, a descontinuidade de serviços e a dificuldade de comunicação entre os órgãos envolvidos. Ainda assim, o Critea tem conseguido superar parte desses



entraves por meio de estratégias como o mapeamento dos serviços disponíveis, a construção de fluxos de encaminhamento e a promoção de encontros interinstitucionais periódicos.

Os momentos formativos promovidos pelo projeto funcionam também como espaços de integração entre os profissionais, facilitando a criação de vínculos e o alinhamento das práticas. A elaboração coletiva de instrumentos, como fichas de anamnese unificadas, roteiros de visita domiciliar e planos interdisciplinares de acompanhamento, são resultados concretos dessa articulação. Tais ferramentas contribuem para a qualificação do atendimento e para a padronização de condutas baseadas em evidências.

Além disso, o Criatea tem valorizado o diálogo entre os saberes técnicos e os conhecimentos comunitários, reconhecendo a importância das famílias, dos cuidadores e das lideranças locais como agentes ativos no processo de cuidado. Essa abordagem inclusiva fortalece a corresponsabilidade e favorece a sustentabilidade das ações no território, ao mesmo tempo em que respeita a diversidade cultural da região.

Como aponta o Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2022), a efetividade das intervenções depende da existência de redes de cuidado articuladas, capazes de garantir a continuidade do atendimento mesmo diante da rotatividade de profissionais ou da mobilidade das famílias. O Criatea tem assumido esse papel de articulador estratégico, promovendo não apenas capacitações, mas também supervisões técnicas e espaços de escuta ativa intersetorial.

A consolidação dessa rede representa um avanço para a política pública de atenção ao TEA no estado do Amapá, com potencial de replicabilidade em outros contextos amazônicos e brasileiros. A experiência demonstra que, com planejamento, sensibilidade e compromisso institucional, é possível construir respostas integradas, inclusivas e efetivas para o cuidado de crianças com TEA e suas famílias.

Considerações Finais

A formação continuada no contexto do Transtorno do Espectro Autista revela-se não apenas como uma prática desejável, mas como uma necessidade diante dos desafios impostos pelo atendimento

qualificado a essa população. Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que a capacitação contínua dos profissionais da saúde, da educação e da assistência social representa um vetor estratégico para promover diagnósticos mais precoces, intervenções mais assertivas e uma rede de apoio mais efetiva às crianças com TEA e suas famílias.

As ações desenvolvidas pelo Projeto Criatea demonstram que, mesmo em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais, como o estado do Amapá, é possível implementar formações de excelência quando há articulação institucional, comprometimento ético e metodologias adequadas à realidade local. A integração entre os saberes técnicos e os conhecimentos comunitários tem se mostrado uma estratégia potente para garantir a sustentabilidade das ações e a valorização dos sujeitos envolvidos no processo.

A utilização de tecnologias acessíveis, a adoção de metodologias ativas e a promoção de encontros intersetoriais têm possibilitado a criação de uma rede de profissionais preparados para enfrentar os desafios impostos pelo TEA. Essa rede, por sua vez, tem potencial de irradiar conhecimento, boas práticas e mudanças significativas no atendimento.

Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A consolidação de políticas públicas de formação permanente, a ampliação de investimentos na área e a superação das desigualdades regionais permanecem como desafios prioritários. O reconhecimento da importância da formação continuada deve ser acompanhado de ações estruturantes que garantam seu caráter permanente, acessível e territorializado.

Importante destacar que a capacitação deve ser expandida para além dos setores tradicionais da saúde e da educação, alcançando todos os profissionais que atuam no atendimento direto ao público, como agentes comunitários, servidores da segurança pública, trabalhadores do judiciário, equipes administrativas e demais agentes sociais. Essa ampliação é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva, capaz de acolher com sensibilidade e competência a diversidade de necessidades das pessoas com TEA.

Em suma, investir na capacitação dos profissionais envolvidos com o TEA é investir na dignidade, no desenvolvimento e na inclusão de crianças brasileiras. O Criatea apresenta-se como uma experiência exitosa e inspiradora, que reafirma o papel da universidade pública

na promoção de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

AMARAL, T. C.; SILVA, N.; SILVA, V.; ADORIAN, R. T.; MOURA, A. C.; KONZEN, M.; SALES, W. T. Análise emocional e comportamental de pais de crianças com tea após o diagnóstico dos seus filhos. *Revista Cathedral*, v. 6, n. 2, p. 155-170, 10 jun. 2024. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/780>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 250, p. 1, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista: recomendações para a atenção qualificada no SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 156 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Manual de atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/manual-de-atendimento-a-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-final-23-05-22.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

DAWSON, G.; ROGERS, S.; MUNSON, J.; SMITH, M.; WINTER, J.; GREENSON, J.; DONALDSON, A.; VARLEY, J. Randomized, controlled trial of an intervention for toddlers with autism: the Early Start Denver Model. *Pediatrics*, Elk Grove Village, v. 125, n. 1, p. e17-e23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2009-0958>. Acesso em: 29 maio 2025.

FLETCHER-WATSON, S.; ADAMS, J.; BROOK, K.; CHARMAN, T.; CRANE, L.; CUSACK, J.; LEEKAM, S.; MILTON, D.; PARR, J. R.; PELLICANO, E. Making the future together: shaping autism research through meaningful participation. *Autism*, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 943-953, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1362361318786721>. Acesso em: 29 maio 2025.

GOMES, T. G. S.; SILVEIRA, A. D.; ESTRELA, L. P. C. B.; FIGUEIREDO, A. L. B.; OLIVEIRA, A. Q.; OLIVEIRA, I. M. Capacitação de cuidadores de indivíduos com TEA: contribuições das tecnologias da informação e comunicação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0085>. Acesso em: 29 maio 2025.

LORD, C.; CHARMAN, T.; HAVDAHL, A.; CARBONE, P.; ANAGNOSTOU, E.; BOYD, B.; CARR, T.; DE VRIES, P. J.; DISSANAYAKE, C.; DIVAN, G.; FREITAG, C. M.; GOTTELLI, M. M.; KASARI, C.; KNAPP, M.; MUNDY, P.; PLANK, A.; SCAHILL, L.; SERVILI, C.; SHATTUCK, P.; SIMONOFF, E.; SINGER, A. T.; SLONIMS, V.; WANG, P. P.; YSRRaelit, M. C.; JELLETT, R.; PICKLES, A.; CUSACK, J.; HOWLIN, P.; SZATMARI, P.; HOLBROOK, A.; TOOLAN, C.; MCCAULEY, J. B. The Lancet Commission on the future of care and clinical research in autism. *The Lancet*, London, v. 396, n. 10259, p. 271-302, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34883054/>. Acesso em: 29 maio 2025.

NEUROCLASTIC. *Understanding cultural competence in autism interventions*. 2022. Disponível em: <https://neuroclastic.com>. Acesso em: 28 maio 2025.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009.

SCHREIBMAN, L. et al. Naturalistic developmental behavioral interventions: Empirically validated treatments for autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 45, n. 8, p. 2411-2428, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Autism spectrum disorders & other developmental disorders: From raising awareness to building capacity*. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/item/9789241506618>. Acesso em: 28 maio 2025